

Senado

20 DEZ 1996

Pauta limpa

■ Senado concede aumentos e dá ajuda a entidades

BRASÍLIA — No encerramento dos trabalhos legislativos de 1996, o Senado limpou sua pauta de votações, beneficiando entidades filantrópicas sob suspeita e concedendo aumento médio de 59,3% para o Poder Judiciário. O projeto aprovado autoriza reajustes nos salários do Judiciário que vão de 41% a 85%, escalonados em quatro anos, dependendo da carreira do servidor. O governo terá um gasto adicional de R\$ 1 bilhão até o ano 2000. Em 1997, serão destinados R\$ 500 milhões para o pagamento do reajuste. O projeto será sancionado antes do fim do ano pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Já aprovado na Câmara, o projeto foi considerado inconstitucio-

nal pelo líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE). "O projeto rompe a isonomia salarial no próprio Judiciário", criticou. O projeto criou as carreiras de auxiliar, técnico e analista judiciários com 15 padrões de vencimento para cada uma, e diferença de remuneração de 5% entre eles. Também criou a gratificação de atividade judiciária e o adicional de padrão judiciário.

Sob suspeita — Mais de 2.400 entidades filantrópicas com registros suspeitos ganharam prazo de seis meses para a renovação de seus certificados. A maioria estava sob investigação do INSS e com atraso na regularização do Certificado de Entidades de Fins Filantrópicos e de cadastramento junto ao INSS. Pelo projeto do deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS), as entidades terão prazo de seis meses para regularizar seus registros junto ao INSS.